



ANÁLISE DE PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS NA AGENCIA AGROSSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA.

ANALYSIS OF ENVIRONMENTALLY SUSTAINABLE PRACTICES IN THE AGROSSILVOPASTORIL AGENCY OF THE STATE OF RONDÔNIA.

Jackson Sales Miranda Júnior, Universidade Federal da Integração Latinoamericana - UNILA, Brasil, jackson.miranda7@gmail.com.

Avenilson Gomes da Trindade, Instituto Federal de Rondônia - IFRO, Brasil, avenilsongt@gmail.com.

Giuliana Andreza Figueiredo Gil Gomes, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA, Brasil, giufigueiredo1@gmail.com.

Aloir Pedruzzi Junior, Instituto Federal de Rondônia - IFRO, Brasil, aloir.pedruzzi@ifro.edu.br.

Raquel Antônia Sabadin Schmidt, Universidad Nacional de Misiones, Brasil, raquel_antonia@hotmail.com.

Resumo

A presente pesquisa buscou analisar o grau de adesão da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON a A3P. O problema defrontado neste estudo foi a importância da conscientização quanto ao fator sustentabilidade, pretendendo responder a seguinte pergunta: qual a potencialidade de adesão da IDARON à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)? Como objetivo geral verificou-se a potencialidade da aderência da IDARON a Agenda Ambiental na Administração Pública. Os objetivos específicos foram: (1) caracterizar a potencialidade da Agência em relação a A3P; (2) Comparar às demandas da A3P as práticas de gestão socioambiental desenvolvidas pela instituição Agência e (3) Propor ações de responsabilidade socioambiental compatíveis. A pesquisa foi um estudo de campo exploratório com abordagem qualitativa e adotou os conceitos da ferramenta de checagem proposta por Freitas, Borgert e Pfitscher. Como resultados conclui-se que a Agência mesmo não tendo aderido oficialmente a agenda ambiental, tem práticas condizentes com a sustentabilidade dentro de suas rotinas de gestão.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Idaron; Ambiental; A3P.

Abstract

The present research sought to analyze the degree of adhesion of Agrosilvopastoril Sanitary Defense Agency of the State of Rondônia - IDARON to A3P. The problem faced in this study was the importance of raising awareness about the sustainability factor, intending to answer the following question: what is the potential for IDARON to join the Public Administration Environmental Agenda (A3P)? As a general objective, it was verified the potentiality of IDARON's adherence to the Environmental Agenda in Public Administration. The specific objectives were: (1) to characterize the Agency's potential for A3P; (2) Compare to the demands of A3P the socio-environmental management practices developed by the Agency and (3) Propose compatible socio-environmental responsibility actions. The research was an exploratory field study with a qualitative approach and adopted the concepts of the check tool proposed by Freitas, Borgert and Pfitscher. As a result, it can be concluded that the Agency, although not having officially adhered to the environmental agenda, has practices consistent with sustainability within its management routines.

Keywords: Sustainability; Idaron; Environmental; A3P.



1 INTRODUÇÃO

Segundo Kruger et al (2011) A discussão sobre gestão ambiental, responsabilidade social e sustentabilidade não é recente e tem ganhado espaço e força nos últimos anos, a partir das exigências de uma sociedade contemporânea, atenta a novos padrões de produção e consumo mais conscientes.

Durante muito tempo as organizações preocuparam-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos, com foco o resultado produtivo e pouca preocupação ambiental. Esta noção, porém, revelou-se insuficiente, pois ficou evidente que o contexto de atuação se tornava mais complexo e que o processo decisório sofreria restrições cada vez mais severas e um dos componentes importantes dessa reviravolta nos modos de pensar e agir, foi o crescimento da consciência ecológica na sociedade, no governo e nas próprias empresas, que passaram a incorporar essa orientação em suas estratégias. (KRAEMER; TINOCO, 2011).

Ser sustentável não é mais opção e sim requisito de perenidade diante das demandas governamentais, legais, sociais e mercadológicas que exige da sociedade uma forma mais consciente e sustentável de produzir, consumir e se relacionar com o meio ambiente (Barbieri et al., 2010).

Segundo Barbieri (2011), na atualidade o meio ambiente é um tema que ganhou as ruas, e faz parte dos vocabulários de políticos, empresários e cidadãos de um modo geral. Conforme este autor, para a maioria das empresas essa preocupação ainda não se transformou em práticas administrativas e operacionais efetivas, pois, se isso já estivesse ocorrendo, o acúmulo de problemas ambientais que põe em risco os seres vivos não seria visto com tanta intensidade. A globalização dos problemas ambientais é um fato incontestável e as empresas estão, desde a sua origem, no centro do processo (BARBIERI, 2011).

Nesse sentido, o governo brasileiro, alinhando as diretrizes de sustentabilidade, também para sua atuação e visando a promoção de práticas sustentáveis no cotidiano das organizações públicas, instituiu em 1999, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que, embora não tenha obrigatoriedade legal, tem sido difundida e recomendada para os entes da administração pública (KRUGER, 2011).

As instituições públicas têm papel primordial nesse processo, por serem, estas, credenciadas para transmitir ações e exemplos de sustentabilidade à sociedade, através de suas práticas corriqueiras. Porém, ao se tratar da A3P no âmbito das instituições públicas observa-se uma lacuna nas pesquisas nessa área. Assim, tomando por base o referido trabalho, esta pesquisa questionou qual o grau de adesão da Agência de Defesa Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON a Agenda Ambiental da Administração Pública.

1.1 Pergunta de pesquisa



O problema defrontado neste estudo foi a importância da conscientização quanto ao fator sustentabilidade, pretendendo responder a seguinte pergunta: qual a potencialidade de adesão da IDARON à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?

1.2 Objetivos

Os objetivos estabelecem lógica às ações definidas no presente estudo. O objetivo geral ressalta aonde o estudo pretende chegar, e os objetivos específicos são as etapas que devem ser cumpridas para que o objetivo geral seja atingido.

1.2.1 Objetivo geral

Verificar a potencialidade da aderência da IDARON a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com base em Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a potencialidade da Agência em relação a A3P, com base em Freitas, Borgert e Pfitscher (2011);
- b) Comparar às demandas da A3P as práticas de gestão socioambiental desenvolvidas pela instituição Agência; e
- c) Propor ações de responsabilidade socioambiental compatíveis à realidade e rotina das atividades da IDARON.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3p)

Conforme o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2011) a A3P, surge como forma de inserir os entes públicos no contexto de gestão ambiental e sustentabilidade, atendendo ao princípio da eficiência, estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e com reconhecimento da UNESCO¹.

Tal agenda é pautada por cinco objetivos: (i) sensibilização dos gestores públicos; (ii) promoção da economia de recursos naturais e gastos institucionais; (iii) redução do impacto socioambiental, provocado pelas atividades cotidianas; (iv) contribuição para a revisão dos padrões de produção e consumo, assim como adoção de novos referenciais na administração pública; e (v) melhoria da qualidade de vida. (MMA, 2011)

Nesse sentido, para o efetivo atendimento dos objetivos a que se propõe a A3P, ela estrutura-se em cinco eixos temáticos que norteiam a execução de seus trabalhos. Tais eixos são desenvolvidos com base na política dos 5R's (reduzir, repensar, reaproveitar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos):

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.



1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
2. Gestão adequada dos resíduos gerados;
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
4. Sensibilização e capacitação dos servidores; e
5. Licitações Sustentáveis. (MMA, 2011)

Conforme bibliografia em Kruger (2011) apud Miranda Junior, Licório e Silva (2017), a adesão a A3P ainda é não o obrigatório, apenas voluntária, mas as recomendações do governo federal e do Ministério do Meio Ambiente, para que tal agenda seja adota e implantada nos diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

1.2 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A gestão ambiental, segundo Barbieri (2007) é entendida como diretrizes e atividades administrativas e operacionais realizadas com o objetivo reduzir ou eliminar os problemas causados ao meio ambiente pelas ações humanas. Uma das alternativas utilizadas pelas empresas para alcançarem tais objetivos é a adequação aos sistemas de gestão ambiental (SGAs), que orientam a adoção e a implementação, de forma sistemática, de técnicas de gestão ambiental que podem contribuir para a obtenção de excelentes resultados para todas as partes interessadas.

O sistema de gestão ambiental segundo a Norma Brasileira ISO 14001 especifica os requisitos necessários para que as organizações desenvolvam e implementem uma política ambiental, levando em consideração requisitos legais e informações referentes aos aspectos ambientais significativos: “as normas de gestão ambiental têm por objetivo prover as organizações de elementos de um sistema da gestão ambiental (SGA) eficaz que possam ser integrados a outros requisitos da gestão, e auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos”(ABNT NBR ISO 14001, 2004, p. 5).

Diante dessa perspectiva, é importante que a organização defina e implemente procedimentos para identificar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades, produtos e serviços, afim de controlar esses impactos e suas consequências.

Segundo o Artigo 1º da Resolução n.º 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a definição de impacto ambiental pode ser entendida como:

“Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: a saúde, a segurança, e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias ambientais e a qualidade dos recursos ambientais” (BRASIL. CONAMA, Resolução 001, 1986).

Esta definição deixa clara a interferência, causada pelas atividades antropogênicas, na qualidade dos recursos naturais, alterando as propriedades desses recursos e afetando diversas esferas, e ressalta o caráter primordial da mitigação de tais impactos.



A Norma Brasileira ISO 14001, no requisito 4.3.1, destaca que a organização deve estabelecer e manter procedimentos para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que possam ser controlados, de forma a determinar os aspectos que tenham ou possam ter impacto significativo sobre o meio ambiente (ABNT NBR ISO 14001, 2004).

Cabe ressaltar que a identificação dos impactos ambientais inerentes às atividades da empresa e a avaliação de suas possíveis consequências é de fundamental importância para o conhecimento real dos impactos causados por suas atividades e constituem os primeiros passos para a efetiva implementação do Sistema de Gestão Ambiental.

Atualmente observa-se um crescimento das ações adotadas pelas instituições de ensino que buscam promover a conscientização ambiental e o controle dos seus aspectos ambientais significativos (OLIVEIRA, 2012). Como exemplo podemos citar as boas práticas ambientais de universidade do Reino Unido, Portugal, Alemanha, Espanha, França e América Latina (TAUCHEN *et al.*, 2006). No Brasil a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, do Rio Grande do Sul, foi a primeira universidade da América Latina a ser certificada segundo a norma ISO 14001, sendo, nesta época, a quinta universidade no mundo com essa distinção e a primeira na América Latina (UNISINOS, Relatório 2005).

Diversas técnicas e ferramentas podem ser utilizadas durante a fase de levantamento dos aspectos e impactos ambientais na implementação do Sistema de Gestão Ambiental, permitindo que as empresas conheçam os riscos ambientais associados às suas atividades. Nesse processo, além da escolha da técnica ideal, faz-se necessário a formação de uma equipe multidisciplinar, garantindo a diversidade de saberes e experiências de profissionais especialistas de diversas áreas.

Para que se produza com menor agressão ao meio ambiente, pelo uso eficiente dos recursos naturais e pela redução dos resíduos pós-consumo, a inovação deve ser mais bem entendida no contexto social, haja vista as inovações tecnológicas desencadearem suas próprias necessidades (Porter & Linde, 1995; Carrillo-Hermosilla, Del Río, & Könnölä, 2010).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável requer um arcabouço de conhecimentos e de competências para a implantação de processos tecnicamente viáveis e eticamente desejáveis (Kleindorfer *et al.*, 2005; Hall & Vredenburg, 2012). Tal arcabouço são as tecnologias da sustentabilidade, que podem ser definidas como saberes e capacidades de perenidade da vida (Hall & Vredenburg, 2012).

As tecnologias da sustentabilidade se referem tanto a processos de produção e circulação do produto como a forma de organização social, padrões de ganho e processamento de dados (Hall & Vredenburg, 2012).

Nesse contexto, a inovação é um fator gerador de transformações que não se relacionam somente com assuntos de ordem técnico-científica, mas proporcionam também questões de ordem política, econômica e sociocultural (Han, Fontanos, Fukushi, Herath, Heeren, Naso, ... & Takeuchi, 2012; Markard, Raven, & Truffer, 2012).

Diante da convergência das necessidades sociais e vantagem competitiva, Nidumolu *et al.* (2009) discutem o papel do governo, sociedade e empresas e argumentam que a sustentabilidade impulsiona inovações na empresa, e que algumas empresas cedem a



regulamentações e outras as impulsionam quando obtêm uma tecnologia que lhes permita vantagem competitiva.

1.3 Inovação em Instituição Pública

O Manual de Oslo (2004) define que a inovação de produto é a implantação de um produto com características de desempenho aprimoradas de modo a fornecer objetivamente ao consumidor serviços novas ou aprimoradas. Tidd e Bessant (2013) apresentam inovação de produto como sendo os serviços e produtos oferecidos pela empresa.

Quando se fala em inovação, a dimensão econômica é normalmente apontada como principal, todavia, é necessário incorporar os aspectos sociais e ambientais, bem como, levar em consideração as gerações futuras (Barbieri et al., 2010; Hart & Dowell, 2010).

Para que se produza com menor agressão ao meio ambiente, pelo uso eficiente dos recursos naturais e pela redução dos resíduos pós-consumo, a inovação deve ser mais bem entendida no contexto social, haja vista as inovações tecnológicas desencadearem suas próprias necessidades (Porter & Linde, 1995; Carrillo-Hermosilla, Del Río, & Könnölä, 2010).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável requer um arcabouço de conhecimentos e de competências para a implantação de processos tecnicamente viáveis e eticamente desejáveis (Kleindorfer et al., 2005; Hall & Vredenburg, 2012). Tal arcabouço são as tecnologias da sustentabilidade, que podem ser definidas como saberes e capacidades de perenidade da vida (Hall & Vredenburg, 2012).

As tecnologias da sustentabilidade se referem tanto a processos de produção e quanto de circulação do produto como a formas de organização social, padrões de ganho e processamento de dados (Hall & Vredenburg, 2012).

Nesse contexto, a inovação é um fator gerador de transformações que não se relacionam somente com assuntos de ordem técnico-científica, mas proporcionam também questões de ordem política, econômica e sociocultural (Han, Fontanos, Fukushi, Herath, Heeren, Naso, ... & Takeuchi, 2012; Markard, Raven, & Truffer, 2012).

Diante da convergência das necessidades sociais e vantagem competitiva, Nidumolu et al. (2009) discute-se o papel do governo, sociedade e empresas e argumentam que a sustentabilidade impulsiona inovações na organização, e que algumas empresas cedem a regulamentações e outras as impulsionam quando obtêm uma tecnologia que lhes permita vantagem competitiva no mercado.

Para Tidd e Bessant (2009), a inovação de processo representa mudanças na forma de criar e entregar os produtos e serviços. Segundo Porto (2013), a identificação de oportunidades deve ser entendida como a possibilidade de constatar, perceber ou imaginar um potencial retorno na combinação de recursos que visem satisfazer uma necessidade de forma mais eficiente e menos dispendiosa, que podem ser possíveis em virtude da evolução do conhecimento científico e tecnológico, além de mudanças em variáveis políticas, legais, econômicas, sociais e demográficas.



Tigre (2014) afirma que uma inovação organizacional pode ser definida como a implementação de um novo método organizacional na rotina operacional de uma empresa, na organização do trabalho ou em suas relações externas. Jonash e Sommerlate, citado por Silva (2014), afirmam que a inovação deve ser uma estratégia de toda a empresa e dos departamentos de P&D. Sendo assim, a estratégia, recursos, processos, métodos de gestão e tecnologia devem ser todos orientados para o desenvolvimento de inovações.

Segundo Porter, citado por Denk (2015), a estratégia de inovação no marketing visa a criação de valor viabilizando o crescimento sustentável e manutenção da competitividade da empresa, proporcionando retorno desejado aos clientes potenciais de acordo com suas particularidades.

Pegoraro (2009) salienta o compromisso social da universidade, de produzir conhecimentos e que este não pode ser um bem privado, daí o compromisso das universidades em desenvolver conhecimentos que se traduzem nas competências dos profissionais que ela forma, bem como, o compromisso do Estado que deveria ser voltado às políticas de democratizar o ensino e a inclusão social. Por isso, entende-se que as instituições de ensino independente da sua forma de organização, devem buscar por meio do ensino, pesquisa e extensão promover conhecimentos capazes de melhorar o meio onde se inserem e servir de modelo para as demais entidades, inclusive com práticas adequadas e responsáveis e prol da sustentabilidade ambiental. (KRUGER 2011). Neste sentido, este trabalho apresentará um estudo de caso em que se aplicará a análise da A3P processo de identificação de aspectos ambientais na Agência Idaron.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracterizou por sua natureza básica e exploratória, uma vez que se buscou constatar se as ações da IDARON estão de acordo com as orientações da A3P e seu potencial de adesão a agenda ambiental. Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi documental e bibliográfica, uma vez que foram consultados os documentos e relatórios de uso interno e externo de gestão e sua análise se deu no período de agosto a outubro de 2017, bem como, a literatura referente ao tema, como materiais já publicados, artigos de periódicos e materiais já disponibilizados na internet, como segue no Quadro 1.

Aspectos	Classificação	Descrição
Natureza	Básica	Objetiva empregar os conhecimentos adquiridos para aplicação prática, voltados para a resolução de problemas concretos da atualidade.
Abordagem do problema	Exploratória	Tentativa de compreender detalhadamente os significados e características situacionais que os entrevistados
Fim da Pesquisa	Explicativa	Busca explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados.



Procedimentos	Pesquisa Bibliográfica	Elaborada a partir de material publicado, com o objetivo de familiarizar o pesquisador ao tema abordado. São utilizados livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses etc.
	Estudo de Campo	Tem como objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese.
Método	5.1 Hipotético-dedutivo	Formular hipóteses para expressar as dificuldades do problema, de onde deduzimos consequências que deverão ser testadas ou falseadas.

Quadro 7 – Estrutura metodológica da pesquisa.

Fonte: Elaborado a partir de Prodanov e Freitas (2013).

Durante a pesquisa se buscou verificar nas ações da rotina de trabalho da Agência, as causas e efeitos para os resultados encontrados, como referência para demonstrarem o potencial e o perfil institucional para adoção da metodologia da A3P. A estratégia de investigação e a abordagem do problema, centrou-se no método qualitativo onde foi comparado um conjunto de ações e com as diretrizes e orientações da A3P para identifica similaridade e alcance objetivo (Yin, 2013).

A pesquisa foi aplicada na sede administrativa da IDARON, reconhecida por seu trabalho de defesa sanitária agropecuária no estado de Rondônia. A escolha da estratégia de estudo de campo se deu por permitir analisar a ocorrência de inovações de processo a partir de práticas sustentáveis. Como fonte de evidência, optou-se pela análise documental (Saunders, Lewis, & Thornill, 2000; Bryman & Bell, 2011).

A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente em formato de agenda ambiental para os órgãos públicos, de adesão facultativa, e suas diretrizes são estabelecidas pelo próprio ministério. Já os principais programas executados pela IDARON são estabelecidos pelo Ministério da Agricultura para execução em âmbito estadual visando a defesa sanitária animal e vegetal com repercussão positiva para a saúde pública. Durante a pesquisa, foi observado se as práticas adotadas coadunam com os objetivos da A3P e ao final, foi avaliado se as práticas são ambientalmente sustentáveis e do ponto de vista da A3P.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Caracterização da potencialidade da IDARON a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Com base em Freitas, Borgert E Pfitscher (2011)

A Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON é uma autarquia estadual, criada em 1999, responsável pela execução da política pública de defesa sanitária agropecuária no Estado de Rondônia, envolvendo um grupo de programas voltados a sanidade animal e vegetal, tais como:



a) Programas de sanidade animal

Combate a febre aftosa, sanidade avícola, combate a tuberculose e brucelose animal, sanidade suídea, sanidade equídea, combate a raiva dos herbívoros, e ainda controle do trânsito de animais e educação sanitária aplicada aos programas de sanidade animal.

b) Programas de sanidade vegetal

Controle e fiscalização do trânsito de produtos e subprodutos de origem vegetal, Monitoramento das pragas das principais culturas, Controle e fiscalização do uso, comercialização, transporte de agrotóxicos e destino final das embalagens, Educação Sanitária (IDARON, 2017).

A sede da Agência está localizada em Porto Velho, mas precisamente no Edifício Rio Cautário dentro do complexo administrativo do Palácio Rio Madeira, além das 84 unidades presentes nos 52 municípios de Rondônia, das quais estão divididas em 8 regiões de atuação, tendo na totalidade 620 servidores públicos distribuídos por estas unidades, sendo o agronegócio seu setor de atuação (IDARON, 2017).

Por meio da checagem proposta por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) buscou-se verificar junto a IDARON se a mesma atende ou não os objetivos e critérios definidos da A3P, conforme o Quadro 2.

Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	Adere	Não adere	Observações
Objetivo 1 – Sensibilização dos gestores			
Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?	Sim		
Objetivo 2 – Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais			
A gestão ambiental na IDARON promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?	Sim		
Objetivo 3 – Redução do impacto socioambiental negativo			
A gestão ambiental na IDARON contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?	Sim		
Objetivo 4 – Revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade			
A gestão ambiental na IDARON contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?	Sim		
A gestão ambiental na IDARON contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?	Sim		
Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida			
A gestão ambiental na IDARON contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders?	Sim		

Quadro 2 Verificação da adesão aos objetivos da A3P



Fonte: Adaptado de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011)

Em relação ao objetivo 1 – Sensibilização dos gestores: conclui-se que há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental, sendo possível notar pelo no fato de a agência liderar nacionalmente o ranking de recolhimento de embalagens de agrotóxicos utilizados na agricultura em parceria com os participantes da cadeia produtiva (indústria, lojas agropecuárias e produtores rurais), ação que demonstra a preocupação e compromisso com a saúde pública e o meio ambiente. Outra situação notada foi a preocupação a redução de desperdícios, onde a gestão tem empreendido medidas neste sentido.

Sobre o objetivo 2 – Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais: a gestão ambiental na IDARON promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos? A agência tem adotado algumas medidas para o uso racional e eficiente dos recursos materiais, mas podem ser mais intensificados e melhorados, como utilização de sistemas eletrônicos para tramitação dos processos de trabalho, economizando radicalmente o uso de papel, que consequentemente, produzirá economia em impressões e *tonner* para impressora. A participação no Sistema de Gestão da Frota, onde a frota das instituições foram unificadas, a chamada frota única que também produz economia de combustível e manutenção devido a otimização no uso dos veículos e manutenção monitorada da frota da Agência.

No objetivo 3 – Redução do impacto socioambiental negativo. A gestão ambiental na IDARON contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição? Nota-se que sim, pois a redução do desperdício, otimização e racionalização no uso dos recursos gerais necessário para o funcionamento da instituição contribuem fortemente para redução do impacto socioambiental, além do programa de educação sanitária para produtores rurais e estudantes, dão essa contribuição quando estimulam a conscientização sanitária para a produção de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal através de metodologias de orientação e capacitação do produtor rural.

No Objetivo 4 – Revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade. A gestão ambiental na IDARON contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública? Sim, mas podem ser aperfeiçoados, já que as ações ainda estão no início de sua implantação, e a mensuração do resultado ainda não foi possível realizar, mas entende-se que são ações positivas e que podem gerar efeitos positivos para a instituição e ao meio ambiente. Entre as ações, podemos citar o programa de informatização das rotinas de trabalho que migrarão da plataforma manual para digital, tanto para atividades administrativas quanto atendimento ao produtor rural, possibilitando ainda que o produtor interaja com a Agência através de aplicativo mobile por meio de um telefone celular, isso gera economia no custeio do atendimento ao público e otimiza a capacidade de trabalho da IDARON.

Ainda no Objetivo 4, indagou-se também: a gestão ambiental na IDARON contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo? Sim, mas pode melhorar em relação aos programas finalísticos, como o recolhimento de embalagens de agrotóxicos, inspeção e



fiscalização de empreendimentos de processamento de produtos e subprodutos de origem animal como frigoríficos e laticínios onde é exigido o cumprimento de encargos sanitários que garantam ao consumidor final a correta prática sanitária na hora de produzir, contribuindo para a saúde pública e meio ambiente, mesmo porque, só é liberado o certificado de inspeção sanitária após o devido licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental oficial.

Quanto ao Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida. Indagou-se: a gestão ambiental na IDARON contribui para a melhoria da qualidade de vida dos *stakeholders*? Sim, o servidor da IDARON trabalha 6h diárias, uma carga horário menor à tradicional, dentro de ambiente adequado de trabalho com os recursos necessários para sua atividade. Em relação às unidades do interior (outras cidades), há um programa de investimento para melhoria das instalações físicas e aquisição de veículos e equipamentos novos para melhorar as condições de trabalho e o ambiente interno, bem como, o atendimento ao produtor rural, este quesito pode ser melhorado, pois precisa ser ampliado para 100% das unidades. Também, observa-se que os servidores contribuem e adotam boas práticas racionais do uso dos recursos, o que demonstra consciência e participação.

4.2. Comparativo das demandas da A3P às práticas de gestão socioambientais desenvolvidas pela IDARON;

O Plano Plurianual da IDARON apresenta um macroprograma que concentra todos os demais programa executados pela Agência, chamado Programa Estadual de Defesa Agropecuária, do qual, contempla a previsão de despesa com custeio das atividades, investimentos diversos aplicados ao fortalecimento do órgão e remuneração de seu corpo de servidores.

Destaca-se o Programa Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) que visa unificar ações nacionalmente entre estados e governo federal; Valorização e assistência ao Servidor Público, onde garante a evolução na carreira profissional tendo como um dos critérios a qualificação profissional para pleitear o benefício, além das qualificações oferecidas pela própria instituição, possibilitando um ganho qualitativo da equipe técnica compartilhando responsabilidade entre servidor e agência.

As principais ações desenvolvidas pela Agência, referentes aos programas supracitados, são:

1. Controle sanitário do rebanho bovino: tem a finalidade de manter o rebanho bovino livre de doenças, objetivando sempre a segurança alimentar da sociedade. O desenvolvimento desta ação pela IDARON, em conjunto com os seus parceiros, fez com que o Estado recebesse o título de “**Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação**” pela Organização Internacional de Saúde Animal - OIE.

2. Sanidade suídea: onde a finalidade é manter sadio o rebanho de suínos no estado de Rondônia, e atualmente a OIE emitiu certificado de **livre de peste suína clássica**, o que demonstra a qualidade do trabalho da instituição na orientação, vigilância e fiscalização deste setor produtivo e promovendo ganho em saúde pública e ambiental.

3. Combate a tuberculose e brucelose animal: neste programa o controle sanitário ainda não alcançou a erradicação da doença, porém, a Agência estima a existência de 2% de casos positivos, e em 2017 foi editado decreto governamental instituindo o plano de erradicação dessas doenças com a devida indenização ao produtor em caso de animal identificado, mesmo



porque, quando isso ocorre, o animal precisa ser sacrificado. Mais um programa de promoção da saúde pública e ambiental para a sociedade.

4. Sanidade equidea: envolve ações de controle para erradicação da anemia infecciosa equina e vigilância epidemiológica para o mormo, influenza equina e encefalomielite equina, dos quais é feita fiscalização de estabelecimento de criação de equinos, controle de trânsito e educação sanitária aplicada aos produtores rurais.

Os programas de sanidade animal envolve entre outras, mas principalmente a vigilância, fiscalização, educação sanitária e controle de trânsito de animais, e o saneamento da propriedade quando necessário.

5. Fiscalização e controle de trânsito de material vegetal: fiscaliza e controla o trânsito de produtos vegetais, para que estes não sejam transportados sem a **Permissão de Trânsito Vegetal - PTV**, garantindo que estejam livres de pragas e doenças e, também, que foram cultivados dentro das normas padrão de qualidade estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

6. Fiscalização do produto, comercialização e uso de agrotóxicos: fiscaliza e controla os produtos agrotóxicos, sua comercialização e uso, bem como o destino final das embalagens vazias, garantindo maior segurança alimentar para a sociedade e conservação do meio ambiente.

7. Inspeção sanitária de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal: inspeciona constantemente as Agroindústrias que produzem produtos e subprodutos de origem animal, cadastrados no Sistema de Inspeção Estadual – S.I.E., de competência da Agência, ressaltando ainda que a certificação para a produção de origem vegetal ainda está sobe gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com a possibilidade futura de ser repassada a IDARON.

8. Educação sanitária: o programa de educação sanitária envolve a capacitação e qualificação do produtores rural, tanto referente aos programas de sanidade animal quanto de sanidade vegetal, para que adote as boas práticas de produção, concientes e sustentáveis do ponto de vista sanitário e ambiental, por fim protegendo a saúde pública e o meio ambiente.

Portanto, observa-se que na execução de seus programas, tendo os acima apresentados, como uma amostra significativa, o foco na promoção da saúde pública e ambiental, envolvendo servidores e produtores, através de boas práticas de defesa sanitária aplicada a atividade agropecuária e para tanto, são necessárias atividades de suporte técnico e administrativo para garantir a execução destas ações, de forma eficiente e otimizada, com economia de recursos, menor desperdício com maior sustentabilidade.

4.3. Propostas de práticas inovadoras de ações de responsabilidade social e ambiental na instituição para a tomada de decisão estratégica com foco em sustentabilidade.

Após a caracterização e análise das ações ambientais praticadas e da aplicação da checagem proposta por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) na instituição, buscou-se outras práticas inovadoras que podem ser implantadas na IDARON, conforme Quadro 3.



PROJETO		OBJETIVO
1	Terra Cycle	Destinação correta de resíduos de difícil reciclagem, ponto de coleta seletiva.
2	Comissão de monitoramento de energia	Mensuração e redução de consumo de energia ou redução do consumo de água nas unidades da IDARON
3	Conscientização	Campanhas de conscientização para a correta descarte de embalagens de vacinas e outros resíduos que precisam de maior atenção.
4	Adoção da A3P	Implantar a A3P como modelo de agenda ambiental para suas rotinas envolvendo seus servidores.

Quadro 3 – Sugestões de Práticas Inovadoras

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

A primeira delas é se tornar um ponto de coleta da *TerraCycle*, que conforme Miranda Junior, Licório e Silva (2017) que é uma empresa líder global em soluções para resíduos de difícil reciclabilidade. Possui diversos programas de coleta e reciclagem e mobiliza 60 milhões de consumidores no mundo por meio de suas ações. A empresa tem a premissa de reciclar o “não reciclável”, desde esponjas de limpeza doméstica até instrumentos de escrita.

Presente em 21 países, a *TerraCycle* atua em parceria com times de coleta formados por consumidores, empresas, organizações sociais, órgãos públicos ou qualquer pessoa interessada em participar de seus programas de reciclagem. A ideia consiste em instalar pontos de recebimentos de materiais, informar a comunidade envolvida os tipos de materiais a serem recolhidos, juntar uma quantidade estipulada de resíduos e envia-los gratuitamente, pelos correios para a sede a empresa, onde serão corretamente tratados, evitando assim descarte incorreto e gerando grande mobilização e conscientização entre os participantes. Na sede da IDARON em Porto Velho, Rondônia e possivelmente em outras unidades pode ser implantada esse sistema de coleta e envio tendo a *TerraCycle* como parceira.

A segunda seria implantar uma comissão interna para se mensurar o consumo de energia elétrica e o consumo de água em todas as unidades da IDARON, para diagnosticar e mensurar o consumo e seu custo e então propor medidas para otimização desse tipo de gasto, promovendo redução do consumo desnecessário, redução do desperdício ou uso inadequado, o que geraria não só a diminuição nos custos quanto ganho da qualidade ambiental gerado pelo consumo consciente. Como a IDARON possui várias unidades, pode buscar outras medidas para geração energia, como a solar, fonte abundante na região devido as condições climáticas favoráveis.

Em terceiro lugar, agregar ao programa de educação sanitária animal e vegetal já realizado, ações de conscientização sobre o correto descarte ou destinação de embalagens e vasilhames que geralmente são utilizados no processo de vacinação, os riscos que o uso incorreto pode causar ao ser humano e ao meio ambiente, tendo assim, o produtor rural, um parceiro na agenda ambiental.

A quarta sugestão, é a adoção da A3P propriamente dita ou similar, consolidada na prática de melhoria do meio ambiente para instituições públicas, assim, sugere-se que se estabeleça um



regramento institucional para ações de sustentabilidade, bem como, envolvimento dos servidores para que tais práticas sejam absorvidas por todos como uma rotina saudável para a Agência, o que terá como efeito uma gestão mais sustentável do ponto de vista socioambiental, e por fim, que seja criado um setor, ou comissão ou que seja atribuído a um departamento a missão de estruturar as ações da A3P na agência orientando e promovendo a implantação do programa.

5. CONCLUSÕES

Como resultado, a pesquisa demonstrou que é possível compreender que a importância da aplicação da agenda ambiental da administração pública, em especial para instituições que pretendem ser sustentáveis do ponto de vista ambiental, é uma ferramenta eficaz para o bom gerenciamento e obtenção de resultados positivos.

Em resposta à pergunta de pesquisa, onde indagou-se: qual o grau de adesão do Instituto Federal de Rondônia a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)? Conclui-se através das comparações das demandas da A3P às práticas de gestão socioambiental desenvolvida pela IDARON, que existem práticas administrativas que demonstram preocupação com a sustentabilidade e há programas de atuação finalístico inerente a atividade da agência diretamente ligado a saúde pública e proteção ambiental com reflexo direto na sustentabilidade em seu campo de atuação e execução de sua missão institucional. Mesmo a IDARON não adotando ainda a A3P como agenda ambiental para a sustentabilidade, porém, há ações que demonstrem certa consciência socioambiental, mesmo que intuitivamente, porém, ainda há desafios a serem superados para elevar o nível de sustentabilidade na instituição.

As organizações buscam excelência, necessitam criar vantagens competitivas, implantá-las e utilizar os meios mais eficazes, tornando-se necessário um modelo apropriado para cada situação, analisando as variações no ambiente para definir qual será a estratégia empregada e se ela realmente é a mais indicada. As instituições públicas tem papel de vanguarda nesse sentido, a fim de propor práticas de consumo consciente, assim como sua redução, descarte correto de resíduos e engajamento social são contribuições significativas para o meio ambiente e fortalecimento de um modelo que pode ser expandido para outras instituições também do setor privado.

AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Campus Zona Norte Porto Velho, a Universidade Federal da Integração Latino-americana-UNILA e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Site: <http://www.ifro.edu.br>

<http://www.cnpq.br>



<http://www.unila.edu.br>

REFERÊNCIAS

- Abnt. (2004). *NBR ISO 14001: Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso*. Rio de Janeiro, RJ. 27 p.
- Barbieri, J. C. (2007). *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva,.
- Barbieri, J. C., Vasconcelos, I. F. G., Andreassi, A., & Vasconcelos, F. C. (2010). *Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições*. *Revista de Administração de Empresas*, 50(2), 146154.
- Brasil. (1996). Ministério do Meio Ambiente, CONAMA. *Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986*. In: *Resoluções*,. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 20. mar. 2016.
- Carrillo-Hermosilla, J., Del Río, P., & Könnölä, T. (2010). *Diversity of eco-innovations: Reflections from selected case studies*. *Journal of Cleaner Production*, vol. 18, pp. 1073-1083.
- Carrillo-Hermosilla, J., Del Rio, P., & Könnölä, T.(2010). *Diversity of eco-innovations: Reflections from selected case studies*. *Journal of Cleaner Production*, vol. 18, pp. 1073-1083.
- Denk, Adelino. (2017). *Gestão da Inovação: Inovação de Marketing*. AMC Assessoria Empresarial. Publicado em 13 de julho de 2015. Disponível em <http://www.amcconsult.com.br/gestao-da-inovacao-9-inovacao-de-marketing/> Acesso em: 7 de Julho de.
- Freitas, C. L; Borgert, A; Pfitscher, E. D. (2011). *Agenda Ambiental na Administração Pública: Uma análise da Aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P*. Florianópolis, 16p.
- Hall, J., & Vredenburg, H. (2012). *The challenges of innovating for sustainable development*. *MIT Sloan Management Review*, 45(1).
- Han, J., Fontanos, P., Fukushi, K., Herath, S., Heeren, N., Naso, V & Takeuchi, K. (2012). *Innovation for sustainability: toward a sustainable urban future in industrialized cities*. *Sustainability Science*, 7(1), 91-100.
- Han, J., Fontanos, P., Fukushi, K., Herath, S., Heeren, N., Naso, V., ... & Takeuchi, K. (2012). *Innovation for sustainability: toward a sustainable urban future in industrialized cities*. *Sustainability Science*, 7(1), 91-100.
- Hart, S. L., & Milstein, M. B. (2004). *Criando valor sustentável*. *Revista de Administração de Empresas Executivo*, 3(2).
- Kleindorfer, P. R., Singhal, K., & Wassenhove, L. N. V. (2005). *Sustainable Operations Management*. *Production and Operations Management*, vol. 14, n. 4, pp. 482-492..
- Kleindorfer, P. R., Singhal, K., & Wassenhove, L.N.V. (2005). *Sustainable Operations Management*. *Production and Operations Management*, vol. 14, n. 4, pp. 482-492.
- Kraemer, M. E. P.; Tinoco, J. E. P. (2011). *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.



- Kruger, Silvana Dalmutt. Freitas, Claudio Luiz De. Petri, Sergio Murilo. Pfitscher, Elisete Dahmer. (2011). *Gestão Ambiental Em Instituição De Ensino Superior - Uma Análise Da Aderência De Uma Instituição De Ensino Superior Comunitária Aos Objetivos Da Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3p)*. Rev. Gual., Florianópolis, V. 4, N. 3, P.44-62, Set/Dez..
- Kruger, Silvana Dalmutt. Freitas, Claudio Luiz De. Petri, Sergio Murilo. Pfitscher, Elisete Dahmer. (2011). *Gestão Ambiental Em Instituição De Ensino Superior - Uma Análise Da Aderência De Uma Instituição De Ensino Superior Comunitária Aos Objetivos Da Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3p)*. Rev. Gual., Florianópolis, V. 4, N. 3, P.44-62, Set/Dez..
- Laville, C., & Dionne, J.(1999). *A construção do saber*. Porto Alegre: Editora UFMG.
- Manual De Oslo.(2017). *Proposta de Diretrizes para coleta e Interpretação de dados sobre inovação Tecnológica*. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf> Acesso em: 5 de Julho de.
- Ministério Do Meio Ambiente (Brasil). A3P: *Agenda ambiental na administração pública*. (2017). Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&id_Estrutura=36> Acesso em: 27 de jul 2017.
- Miranda Junior, Jackson Jose Sales;Licório; Angelina Maria De Oliveira; Silva, Lucimar Dos Santos.(2017). *Análise Da Aderência Do Instituto Federal De Rondônia A Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3p)*. (Org.) E-book daXII Jornada Científica CEDSA. Porto Velho: CEDSA.
- Nidumolu, R., Prahalad, C. K., & Rangaswami, M. R. (2009). *Why Sustainability is now the Key Driver of Innovation*. Harvard Business Review, set.
- Nidumolu, R., Prahalad, C. K., & Rangaswami, M. R.(2009).*Why Sustainability is now the Key Driver of Innovation*. Harvard Business Review, set.
- Oliveira, T. M.(2012). *O sistema de gestão ambiental como instrumento educacional em instituições de ensino*. São Paulo. 50p.
- Pegoraro, L.(2009). *Universidade e sociedade: sistema catarinense de educação superior*. Atos de pesquisa em educação – ppge/me furb. Issn 1809– 0354 v. 4, nº 3, p. 357-406, set./dez..
- Porto, Geciane.(2013). *Gestão da Inovação e Empreendedorismo*. Rio de Janeiro/RJ. Elsevier Editora Ltda.
- Prodanov, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013 . Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 28 de maio de 2018.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornill, A.(2000). *Research Methods for Business Students*. 2. ed. Harlow, England: Pearson Education.
- Tidd, Joe; Bessant, John. (2014). *Gestão da Inovação*. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. Tigre, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ. Elsevier.
- Unisinos.(2016). *Relatório e Certificações*. Disponível em: <http://www.unisinos.br/graduacao/14-institucional/3431-relatorios-e-certificacoes>. Acesso em: 20. mar.
- Yin, R. K.(2013). *Case study research: Design and methods*. Sage Publications, Thousand Oaks.